

Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Requerimento de Audiência Pública (Do Sr. Luciano Zica)

Solicita que sejam convidados para ouvida em audiência pública os especialistas que menciona neste requerimento para debater o PL 6299, de 2002, e seus apensos, que “altera os arts. 3º e 9º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.”

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeremos de Vossa Excelência, após ouvido o plenário desta comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para que possamos debater os ditames do PL 6299, de 2002, e seus apensos, que “altera os arts. 3º e 9º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências”, com a presença dos seguintes especialistas convidados: Eng. Agrônomo Rames Elias, ex coordenador da CATI; Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Embrapa; Dr. Reinaldo Scalis, da Secretaria de Agricultura do Paraná; Dr. Sidney Machado, doutor em saúde e segurança do trabalho e meio ambiente da Universidade Federal do Paraná; Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, diretor da Anvisa; Representante da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas-ANDEF; Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA.

Justificativa

O projeto em tela tramita com três outras proposições apensadas, cada uma delas, da mesma forma que o projeto principal, trazendo alterações importantes na Lei 7802/1989 conhecida como Lei dos Agrotóxicos. A complexidade da lei e dos projetos que propõem sua

alteração se explica pelo assunto nela tratado e suas implicações. Na regulamentação das atividades e etapas que envolvem os agrotóxicos, têm de ser considerações fundamentais, as garantias e proteções à saúde, ao meio ambiente, à segurança no trabalho, entre outros aspectos. Para acúmulo de informações e elementos de análise que julgamos indispensáveis ao desenvolvimento do argumento e à confecção de um relatório responsável, é que conclamamos os nobres pares para aprovarem este requerimento e, assim, melhor nos posicionarmos quanto ao mérito das propostas em debate.

Sala das Comissões, de junho de 2003

Luciano Zica
Deputado Federal PT/SP